

02.01.07.10

(215015)

**Marcelo de Almeida Frota**

**De:** Sen. Eunício Lopes de Oliveira (institucional)  
**Enviado em:** terça-feira, 12 de junho de 2018 15:18  
**Para:** Presidência  
**Assunto:** ENC: Ofício 607 SECNS/MS e Recomendação 025/2018  
**Anexos:** SEI\_25000.102418\_2018\_19 Ofício 607.pdf; SEI\_25000.102418\_2018\_19 (1) Recomendação 025 . 2018.pdf

**De:** Lidia Pinheiro Gilson [mailto:lidia.gilson@saude.gov.br] **Em nome de** CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

**Enviada em:** terça-feira, 12 de junho de 2018 14:31

**Para:** Sen. Eunício Lopes de Oliveira (institucional) <eunicio.oliveira@senador.leg.br> **Assunto:** Ofício 607 SECNS/MS e Recomendação 025/2018

**Cc:** Deise Cristiane Rodrigues dos Santos <deise.rodrigues@saude.gov.br>

**Assunto:** Ofício 607 SECNS/MS e Recomendação 025/2018

Prezado Presidente,

ASSUNTOS SOCIAIS.

Em 18 / 07 / 18

O Conselho Nacional de Saúde – CNS é uma instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde – SUS - de caráter permanente, tem como missão a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde, e ainda, a promoção, proteção e recuperação da saúde.

O CNS é órgão vinculado ao Ministério da Saúde composto por representantes de entidades e movimentos sociais de usuários, entidades de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde, onde realiza reuniões ordinárias mensais.

Nesse sentido, conforme deliberação do Pleno do Conselho Nacional de Saúde, em sua 306ª Reunião Ordinária, realizada em 06 e 07 de junho de 2018, encaminhamos a Recomendação nº 025, de 07 de junho de 2018, para conhecimento e providências necessárias, que recomenda ao Senado Federal que amplie o debate junto aos órgãos de fiscalização e controle social, bem como entidades que militam na discussão da temática.

Atenciosamente.



Esplanada dos Ministérios - Bloco G  
Ed. Anexo - Ala B – Salas 103 a 130  
Brasília - DF  
CEP 70.058-900

+55 (61) 3315-2150

✉ [cns@saude.gov.br](mailto:cns@saude.gov.br)

Twitter: [@comunicacns](https://twitter.com/comunicacns) Facebook: [/ConselhoNacionalSaude](https://www.facebook.com/ConselhoNacionalSaude) YouTube: [/comunicacns](https://www.youtube.com/comunicacns)

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida apague-o.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MSF Nº 28 DE 20 18

Fls. 40



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - SECNS  
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900  
Site - saude.gov.br

Ofício nº 607/2018/SECNS/MS

Brasília, 11 de junho de 2018.

Excelentíssimo Senhor  
**Senador Eunício Oliveira**  
Presidente do Congresso Nacional  
Praça dos Três Poderes  
70160-900 Brasília - DF

**Assunto: Recomendação CNS nº 025, de 07 de junho de 2018.**

Prezado Presidente,

O Conselho Nacional de Saúde – CNS é uma instância máxima de deliberação do Sistema Único de Saúde – SUS - de caráter permanente, tem como missão a deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde, e ainda, a promoção, proteção e recuperação da saúde.

O CNS é órgão vinculado ao Ministério da Saúde composto por representantes de entidades e movimentos sociais de usuários, entidades de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde, onde realiza reuniões ordinárias mensais.

Nesse sentido, conforme deliberação do Pleno do Conselho Nacional de Saúde, em sua 306ª Reunião Ordinária, realizada em 06 e 07 de junho de 2018, encaminhamos a Recomendação nº 025, de 07 de junho de 2018, para conhecimento e providências necessárias, que recomenda ao Senado Federal que amplie o debate junto aos órgãos de fiscalização e controle social, bem como entidades que militam na discussão da temática.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Dantas Sousa, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional de Saúde**, em 12/06/2018, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4250046** e o código CRC **E28E7F20**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MSF Nº 28 DE 2018  
SEI nº 4250046

Referência: Processo nº 25000.102418/2018-19

Fls. 41



## RECOMENDAÇÃO Nº 025, DE 7 DE JUNHO DE 2018.

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), na sua Trecentésima Sexta Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7 de junho de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da legislação brasileira correlata; e

considerando que a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), determina, em seu Art. 196, que a promoção da saúde, bem como sua proteção e recuperação deve ser garantida pelo Estado, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde;

considerando que a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe que o Conselho Nacional de Saúde (CNS), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legitimamente constituído em dada esfera do governo;

considerando a recomendação nº 2 do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre política regulatória e governança saudável, aponta ser essencial “respeitar os princípios de um governo aberto, incluindo transparência e participação no processo regulatório para garantir que a regulação sirva ao interesse público e para que seja informado das necessidades legítimas dos interessados e das partes afetadas pela regulação. Isto inclui a oferta de canais efetivos (incluindo online), para que o público possa contribuir para o processo de preparação de propostas regulatórias e para a qualidade da análise técnica. Os governos devem assegurar que regulações sejam compreensíveis e claras e que as partes possam facilmente compreender seus direitos e obrigações” e que para tanto “a autoridade do órgão de supervisão regulatória deve ser estabelecida por mandato, em lei ou decreto. No desempenho das suas funções técnicas de avaliação e orientação sobre a qualidade das avaliações de impacto, o órgão de supervisão deve ser independente de influências políticas”;

considerando que o Art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, trata das nomeações de membros de Conselho das Agências Reguladoras no sentido de que “Art. 5º O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal”. E seu parágrafo único: “O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes do Conselho Diretor ou da Diretoria, respectivamente, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação”;

considerando que no despacho nº 195 da Presidência da República, publicado no DOU de 18/04/2018, foi encaminhado ao Senado Federal para apreciação da indicação do senhor Rogério Scarabel Barbosa para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), na vaga decorrente do término do mandato do senhor José

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MSF Nº 28 DE 2018

Fls. 42

Carlos de Souza Abrahão e que o referido indicado é sócio coordenador da área hospitalar e da saúde do Imaculada Gordiano Sociedade de Advogados e que em material de divulgação dessa sociedade consta a informação de que atuam representando interesses de empresas junto à ANS.

Considerando que o senhor José Carlos de Souza Abrahão tem em seu Currículo, disponível virtualmente, a informação de ter sido estudante de Pós-Graduação pela Universidade Federal do Ceará em parceria com a Universidade Unimed, do grupo Unimed de Planos de Saúde;

considerando a publicação do DOU de 18/04/2018, em que o nome de Davidson Tolentino de Almeida é indicado para ocupar a vaga de Karla Santa Cruz Coelho, que encerra seu mandato em julho e que o indicado da Presidência da República é o ex-diretor do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde e ex-assessor do deputado Eduardo da Fonte, presidente do Partido Progressista (PP/PE) e que em recente matéria do Jornal Nacional (TV Globo) veiculada em 27/04/2018, o Sr. Davidson Tolentino estaria envolvido em esquema de corrupção, arrecadação e estocagem de dinheiro ilícito, além de não ter experiência ou formação na área da saúde, de seguros ou de planos de saúde; e

considerando que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou em 23 de maio, o nome do advogado Rogério Scarabel Barbosa como diretor da ANS, nome que vai para votação do plenário da casa e que a sabatina de Davidson Tolentino ainda não tem data definida.

#### **Recomenda:**

##### **1) Ao Senado Federal**

- 1- Amplie o debate junto aos órgãos de fiscalização e controle social, bem como entidades que militam na discussão da temática.

##### **2) À Comissão de Assuntos Sociais do Senado**

Que suspenda a sabatina do Sr. Davidson Tolentino de Almeida para ocupar a vaga de Karla Santa Cruz Coelho na diretoria da Agência Nacional de Saúde (ANS).

##### **3) Ao Conselho Nacional do Ministério Público**

- 1- Que investigue as indicações presidenciais para os cargos de Diretoria das Agências Reguladoras; e
- 2- Que realize audiência pública para oitiva do controle social e entidades com expertise no assunto.

Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Trecentésima Sexta Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7 de junho de 2018.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MSF Nº 28 DE 20 18

Fls. 43



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Brasília, 36 de julho de 2018.

Senhora Ana Carolina Dantas Sousa, Secretária-Executiva  
do Conselho Nacional de Saúde – SECNS/MS,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício nº 607/2018/SECNS/MS, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão de Assuntos Sociais** do Senado Federal para juntada à Mensagem (SF) nº 28, de 2018, que *“Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Karla Santa Cruz Coelho.”*

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MSF Nº 28 DE 20 18

Fls. 44